



Encontra-se disponível para consulta o Estudo de Avaliação das Políticas Ativas de Emprego – Relatório Final, financiado pelo Fundo Social Europeu.

O "[Estudo de Avaliação das Políticas Ativas de Emprego - Relatório Final](#)" de Mónica Costa Dias e José Varejão tem como **objetivo avaliar o efeito das medidas de emprego e formação que estiveram disponíveis em Portugal entre os anos de 2004 e 2011, sobre a empregabilidade dos participantes.**

Para o efeito deste estudo, as medidas adotadas foram agrupadas em medidas de emprego e medidas de formação, cada uma delas com vários subtipos: estágios, medidas ocupacionais, apoio à contratação, apoio ao empreendedorismo e apoio à criação do próprio emprego, no caso das medidas de emprego; cursos de aprendizagem, cursos de educação e formação de jovens, cursos de educação e formação de adultos e formação contínua e modular, no caso das medidas de formação.

As **conclusões** indicam que as medidas de emprego apresentam efeitos positivos (e, em certos casos) fortes sobre a probabilidade de emprego dos participantes no médio prazo. Os efeitos são menos favoráveis (ausência de efeito num horizonte de três anos após o início da participação) no caso das medidas de formação, mas são positivos no caso dos programas de formação contínua e modular.

Decorre dos resultados deste estudo e do trabalho que a eles conduziu, o seguinte conjunto de **recomendações**:

- limitar e estabilizar o elenco de medidas de emprego e formação disponíveis;
- ainda que assegurando a necessária articulação com outras medidas setoriais, centrar os objetivos das medidas de emprego e formação no domínio dos objetivos próprios das Políticas Ativas do Mercado de Trabalho;
- adequar as medidas de emprego e formação e preparar o serviço público de emprego para uma alteração previsível do perfil de desempregados inscritos, com aumento da presença de trabalhadores com longa experiência profissional e baixas ou médias qualificações escolares, mas também indivíduos jovens com escolaridade ao nível do ensino superior;
- sem descurar a oferta de formação, essencial para recuperar o défice de escolaridade que ainda afeta a população ativa portuguesa, mesmo a mais jovem, reforçar a aposta nas medidas de emprego.

FONTE - IGFSE